



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 1.383-C, DE 2003

Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 1.383-B, de 2003, que “Altera os arts. 109 e 110 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal”.

Autor: Deputado ANTONIO CARLOS BISCAIA

Relator: Deputado EDUARDO CUNHA

I – RELATÓRIO

Trata-se de Emenda do Senado ao Projeto de Lei 1.383, de 2003, do Sr. Antônio Carlos Biscaia, aprovado na forma do Substitutivo do da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados.

A Emenda do Senado Federal se distingue do projeto aprovado nesta Casa por condicionar o reconhecimento da prescrição ao trânsito em julgado da sentença ou acórdão para ambas as partes.

A proposição sujeita-se à apreciação do Plenário, em regime de urgência (RICD, art. 155). Esta Comissão deve se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da emenda.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A competência da União para legislar e a iniciativa parlamentar foram apreciados quando da aprovação do projeto nessa Comissão, em nada alterando com a Emenda do Senado. A matéria não afronta diretamente nenhum princípio constitucional. Desta forma, há de se concluir pela constitucionalidade formal da Emenda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

A redação está de acordo com a praxe do Senado com relação à projetos de leis meramente modificativos. Nesse caso, fica subentendido que o objeto e âmbito de aplicação da lei nova são os mesmos da lei alterada.

Analizamos a constitucionalidade material, juridicidade e mérito a seguir.

Procura-se, com este Projeto, a exclusão da prescrição retroativa, de existência polêmica, mas prevista na redação atual do Código Penal nos termos seguintes.

Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

§ 1º - A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação, ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

§ 2º - A prescrição, de que trata o parágrafo anterior, pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou da queixa.

Para excluí-la de nosso ordenamento, a Câmara aprovou a redação seguinte, em que restringia o parágrafo primeiro e revogava o segundo.

Art. 110.....

§1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

A interpretação do enunciado no artigo 110, parágrafo primeiro se faz por meio da interpretação prévia do *caput*.

Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente. [\(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984\)](#)

Como se vê o *caput* se aplica ao caso do trânsito em julgado para ambas as partes: acusação e defesa. O parágrafo primeiro é uma aplicação benigna da lei que possibilita a ocorrência da prescrição enquanto ainda pendente recurso da defesa, desde que tenha transitado em julgado ou improvido o recurso da acusação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Esse fato passou despercebido no Senado que propôs Emenda para o parágrafo primeiro para situação de fato idêntica a do *caput*.

Art. 110.....

§1.º A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória para a acusação e defesa regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior a publicação da sentença ou do acórdão.

As expressões ***depois de transitar em julgado a sentença condenatória*** e ***depois de transitar em julgado a sentença condenatória para a acusação e defesa*** são equivalentes. Portanto, *caput* e parágrafo primeiro se aplicam aos mesmos casos. Como a norma do parágrafo da Emenda é mais rigorosa, aplicar-se-á sempre a norma do *caput*, tornando inútil o parágrafo.

Então, cabe demonstrar que a norma do parágrafo é mais severa. Caso o Poder Judiciário passe vinte anos para julgar um caso, não poderia reconhecer a prescrição ocorrida durante o processo, porque o parágrafo primeiro estaria vedando. Então, haveria uma espécie de suspensão do prazo prescricional durante o processo penal.

A identidade dos fatos previstos no *caput* e no parágrafo primeiro, proposto pelo Senado, faz a Emenda injurídica; e a suspensão do prazo prescricional, em situações em que o Estado deveria e poderia agir, além de inconstitucional e antijurídica quando analisada quanto a prazos longos, deve ser rejeitada, no mérito, quanto aos prazos curtos.

Ante o exposto voto pela adequada técnica legislativa, mas pela inconstitucionalidade (material), injuridicidade e, no mérito, pela rejeição da Emenda do Senado ao PL 1383, de 2003.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Eduardo Cunha
Relator